

Rahul Kumar

A PUREZA PERDIDA DO DESPORTO

futebol no Estado Novo



Rahul Kumar

A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo

isbn: 978-989-99403-2-1

depósito legal:

revisão: Raul Henriques

projecto gráfico: Carlos Bártolo

execução gráfica: Europress Indústria Gráfica

©Rahul Kumar

Edições Paquiderme, Lisboa 2017

e-mail: info@paquiderme.pt

www.paquiderme.pt

Índice

- 7 Agradecimentos**

- 9 Futebol, cultura popular e política**

- 21 Sociogénese do campo desportivo português**
- 23 Introdução
- 24 Os primórdios do desporto em Portugal: uma prática distintiva
- 29 O Comité Olímpico Português e o modelo aristocrático-militar
- 35 Alargamento e popularização do campo desportivo:
o ciclismo e o boxe
- 42 A difusão do futebol e o crescimento da sociedade civil
- 45 Associativismo e ecletismo: dois traços das organizações
desportivas nacionais
- 48 A formação dos quadros competitivos e a popularização do jogo
- 50 O futebol no Algarve e o desenvolvimento do sector conserveiro
- 55 Olhanense campeão: a vitória do futebol popular
- 58 Os primeiros passos do semiprofissionalismo:
o início e o fim do amor à camisola
- 66 A imprensa e a construção de uma narrativa desportiva
- 69 A selecção nacional nos Jogos Olímpicos de 1928:
Cândido de Oliveira e António Ferro
- 76 Conclusão

79	O Estado Novo e o desporto: ideologias e instituições
81	Introdução
86	Decadência e regeneração: o lugar do desporto
91	O regulamento dos liceus de 1932: os médicos e o primado da ginástica respiratória
95	A educação física e os desportos no I Congresso da União Nacional: o triunfo dos militares
100	A institucionalização do Estado Novo
102	A escola e o desporto
105	Instituto Nacional de Educação Física: o centro irradiador de doutrina
107	Mocidade Portuguesa: ordem nos espíritos e disciplina nos corpos
114	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho: mais gente nos campos, menos nas bancadas
124	Emissora Nacional: elevar o gosto
127	A Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar: disciplinar o desporto
156	Conclusão
159	A pureza perdida do desporto: a profissionalização do jogador de futebol
161	Introdução
168	A ligação húngara: a luta pela modernidade e as raízes do profissionalismo
181	Profissionalismo global
193	A situação portuguesa: o profissionalismo encapotado
197	O regulamento de transferências de 1943
210	Os passos finais da profissionalização
217	O «Estatuto do Jogador» e a mudança legislativa
225	A pureza perdida do desporto: o fim do programa oficial
231	Conclusão
233	Considerações Finais
241	Notas
267	Fontes
273	Bibliografia

Considerações finais



Eusébio comemora em Amesterdão a conquista da Taça dos Clubes dos Campeões Europeus, em 1962, frente ao Real Madrid.

O futebol português do início da década de 1960 era já bastante diferente daquele do final dos anos 1920. Ao longo deste período de cerca de 35 anos, sobre o qual se debruça este trabalho, deixou de ocupar uma posição periférica e marginal no contexto europeu para assumir um lugar de destaque, ainda que temporariamente, no plano internacional, como atestam os resultados europeus de algumas equipas nacionais durante a década de 1960. A década anterior, por sua vez, havia já assistido à construção de grandes estádios em Lisboa e no Porto. Recintos que atestavam a massificação do consumo do espectáculo desportivo, ainda antes de a televisão transportar para fora do estádio a emoção do jogo. Estes factos têm sido objecto de interpretações centradas no presumível significado político. Por um lado atribui-se ao futebol, como o fez Eduardo Lourenço em 1959, um efeito de distração ou de alienação. Por outro lado, e como têm salientado investigações situadas no terreno dos estudos culturais, destaca-se o seu papel enquanto veículo de difusão e de legitimação do luso-tropicalismo, em torno do qual se organizava ideologicamente o Estado Novo e o colonialismo português.

Argumentámos, ao longo deste trabalho, que não é possível estabelecer uma relação causal entre o desenvolvimento e a popularização do futebol em Portugal e o investimento estatal na promoção do espectáculo desportivo. Pelo contrário, aqueles resultados são, sobretudo, a consequência de um processo de racionalização e de autonomização de uma prática que se fez não independentemente do Estado mas muitas vezes contra ele.

O Estado português, seja durante a ditadura militar seja já durante o Estado Novo, manifestou-se até ao início da década de 1960 consistentemente hostil ao duplo processo de *espectadorização* e *comercialização* do desporto e, em particular, do futebol. Não se tratou de uma especificidade do regime corporativo português.

A distinção entre educação física e desportos, entre prática desportiva e consumo do espectáculo desportivo, definiu as políticas estatais dos regimes autoritários europeus. O seu projecto de enquadramento do campo desportivo perfilou, na longa duração, a diferença, cujas raízes remontam pelo menos ao século XIX, «entre práticas de lazer consideradas enriquecedoras, que relevam da esfera do amadorismo, e distrações consideradas pouco respeitáveis, empobrecedoras ou demasiado ligadas ao profissionalismo. Esta tensão, de ordem ética, entre a busca do lazer ‘racional’ e a do divertimento sem finalidade moral caracteriza desde cedo o debate tal como se estabeleceu além-Mancha, ao mesmo tempo que a ideologia que valoriza o trabalho está no seu apogeu».⁴⁷⁴

Neste ponto, a actuação do Estado Novo permite identificar importantes continuidades entre aquilo que se observou nos regimes autoritários e nos regimes liberais e democráticos contemporâneos. O controlo e a repressão das distrações tidas como desregradas e desordenadas, que tiveram a sua vanguarda na Grã-Bretanha, onde têm origem também os desportos modernos, fazem parte de um projecto mais amplo de regulação dos usos do tempo e de enquadramento do lazer popular. Introduzido no país no quadro das actividades de lazer das elites, o futebol já se havia tornado, no final dos anos 1920, num dos lazeres predilectos de amplas camadas da população urbana e também - certamente a partir da identificação dos adeptos com a selecção nacional de futebol - um dos elementos de produção de um nacionalismo banal. A compreensão da sociogénese do campo desportivo em Portugal é indispensável para se interpretar a popularização do futebol no país e, por conseguinte, a forma como, no âmbito do seu programa ideológico, o Estado Novo procurou dirigir e orientar aquela actividade. O lugar do futebol, e de outras modalidades como o boxe ou ciclismo, no campo desportivo e no espaço social português resultou da convergência contingente e variável do interesse do público e da imprensa, da construção de uma rede associativa e da intervenção de um conjunto de forças económicas diversificadas.

O processo de profissionalização dos praticantes daquelas modalidades constitui o marcador fundamental destas transformações.

É precisamente em torno da questão do profissionalismo, da concomitante alteração da origem social dos praticantes e da finalidade da prática desportiva, que deixa de se orientar para o prazer dos jogadores para se subordinar a princípios de representação comunitária, que se estabelecem as fronteiras mais claras no âmbito de uma estrutura de práticas dual na qual se cinde o campo desportivo. Organizadas em torno do Comité Olímpico Português, modalidades como a vela, a esgrima ou o hipismo mantiveram-se como os baluartes da defesa do amadorismo e dos valores mais puros do desporto, como o desinteresse, o cavalheirismo e o *fair-play*, por oposição a outras em que a procura da vitória gerava comportamentos considerados por aqueles sectores como impróprios, imorais e atentatórios dos verdadeiros valores do desporto.

A institucionalização do Estado Novo e o seu projecto político não representaram, todavia, um corte significativo no processo de afirmação de uma economia de trocas e de práticas específicas. As graduais extensão e estabilização dos campeonatos de futebol continuaram ao longo da década de 1930. A intervenção do regime no campo desportivo avançou apenas no início da década seguinte, já depois de estabelecido um conjunto de instituições, como a Mocidade Portuguesa e a FNAT, e fixados os programas de educação e de desporto escolares, todos eles organizados em torno das funções higiénicas e dos ideais regeneradores dos modernos métodos de educação física. Terá sido precisamente a incapacidade destas organizações do Estado Novo em massificar o programa oficial e em suplantar a concorrência da esfera associativa e competitiva que levou à formação da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. O arquivo desta organização permitiu interpretar a forma como se materializou numa prática quotidiana um conjunto de concepções ideológicas sobre as funções do desporto no interior do regime.

O poder de sancionar as direcções dos clubes e das federações desportivas, de fiscalizar as suas assembleias-gerais, os seus orçamentos, relatórios e contas, enfim, a higienização política de uma esfera da sociedade civil portuguesa não encontrou correspondência na capacidade de reforma das suas práticas. O objectivo de mobilizar aquela extensa rede associativa para a disseminação da ginástica e dos modelos racionais de educação física ou para a realização de exames médicos aos desportistas

esbarrou numa recusa generalizada da interferência estatal. Do mesmo modo, a tentativa de restringir, dentro do próprio terreno de jogo, um conjunto de práticas que, à margem do espírito das leis do jogo, e contra as regras idealizadas do cavalheirismo e do *fair-play*, ofereciam vantagens competitivas aos intervenientes embateu numa lógica da prática já sedimentada no campo desportivo. A limitação da mobilidade dos praticantes desportivos, a denegação de um mercado de transferências de jogadores e o embargo jurídico à sua profissionalização revelaram-se, mais do que quaisquer outros, os marcadores fundamentais deste projecto oficial de limitação do espectáculo desportivo.

Tal projecto de controlo e de reforma do campo desportivo, que canalizava os seus parcos recursos para a intervenção quase sempre repressiva na esfera futebolística, defrontou-se com aquilo que comentadores coevos classificaram como «resistência passiva» e «resistência desrespeitosa». Constatou-se uma discrepância assinalável entre as intenções plasmadas nos articulados jurídicos que regulavam estas práticas, os discursos dos agentes responsáveis pela sua implementação e as práticas observadas no campo desportivo e nos principais clubes desportivos portugueses. Esta resistência à intervenção estatal não resultava simplesmente de qualquer forma de oposição política ao regime. É precisamente a lógica da autonomia do campo – o conjunto de lutas específicas que aí se observavam e os recursos que os diferentes agentes que aí se inscreviam mobilizavam – que permite compreender os posicionamentos dos diferentes actores e das diferentes instituições neste processo. Do ponto de vista daqueles que se encontravam mais próximos quer das instituições estatais quer daqueles sectores do campo desportivo em que prevaleceu a lógica do amadorismo, manteve-se até ao fim do período em análise uma visão crítica do processo de comercialização do desporto e da sua transformação num espectáculo de massas. Pelo contrário, entre aqueles que ocupavam posições mais salientes no campo desportivo, jornalistas e dirigentes dos principais clubes, prevaleceu uma prática orientada para a defesa da profissionalização do futebol. Foi sobretudo a inscrição dos agentes neste campo específico que permitiu situar alianças que muitas vezes cruzavam o espectro político.⁴⁷⁵

Este conjunto de resistências e de incompatibilidades não se manifestou somente no plano discursivo, ainda que a imprensa, e em particular o jornal *A Bola*, se tenha afirmado como um dos terrenos em que a razão estatal foi mais abertamente contestada. A inserção do futebol numa

cultura popular comercializada, que cresceu à margem das definições oficiais da cultura popular, obrigou diferentes agentes, situados em diferentes posições do campo político, como presidentes de câmara e governadores civis, mas também no campo económico, empresários e notáveis locais, a manterem, como sustentáculo da sua própria legitimidade política e social, uma colaboração próxima com os clubes desportivos. Esta cooperação, tornada necessária pelo papel de representação comunitária que os clubes assumiram, desenvolveu-se em termos que em diversos casos subvertiam o estabelecido em muitos dos articulados jurídicos que regulavam aquela esfera de actividade, como se verificou no caso do desenvolvimento de um mercado de transferências de jogadores.

Não procurámos tratar a questão do desenvolvimento do futebol em Portugal do ponto de vista de uma história política em que se procurasse, por exemplo pela abordagem da orientação político-ideológica dos agentes do campo desportivo, compreender esse mesmo processo. Uma tarefa, refira-se, que, no quadro deste problema em concreto, se revelaria condenada ao insucesso. Não se ensaiou aqui uma tentativa de identificar o significado dos momentos – como o protesto estudantil na final da Taça de Portugal de 1969 ou o encontro entre Portugal e Espanha, realizado em 1945 – a partir dos quais habitualmente se considera que o futebol e a política se encontraram. De um modo geral, mesmo que constituam importantes pontos de referência, reflectem mais uma excepção do que um padrão geral das lógicas de politização do campo desportivo e da sua relação com o campo do poder. Procurámos, antes, a partir da compreensão do funcionamento de uma série de instituições do regime e da sua prática rotineira, analisar o modo como aquele interveio no campo desportivo e, simultaneamente, analisar os limites da autonomia deste.

A forma como o Estado Novo se relacionou com a esfera desportiva e em particular com um fenómeno da cultura de massas, como o futebol, resulta de outra ordem de processos que não os limitados a tomadas de posição a favor ou contra o regime. Em primeiro lugar, esta investigação procurou questionar o alcance e a eficácia da construção de um modelo oficial de cultura popular confrontando-o com uma actividade situada no quadro de uma cultura popular globalizada. Em segundo lugar, procurou averiguar a efectiva penetração dos valores mas também dos agentes do Estado Novo numa esfera particular da sociedade civil portuguesa, nomeadamente dos clubes e dos periódicos desportivos.

Em terceiro lugar, procurou ampliar o conhecimento em torno das estruturas de poder do regime a partir dos seus regimes de práticas. Mais do que um dispositivo totalitário organizado de cima para baixo a partir da vontade de um líder ou de uma pequena elite, verificou-se a persistência de um conjunto de autonomias administrativas no funcionamento do Estado e a sobrevivência de um conjunto de redes de poder verticais, de características muitas vezes clientelares, orientadas por razões não inteiramente coincidentes e ocasionalmente até dissonantes em relação ao centro político, nas quais este sustentava parte do seu poder e com as quais foi obrigado a negociar.